

SUCESSÃO NO ESCURO *Marcelo Neri critica 'imposto do restaurante' e cupom alimentar e diz que PT ignora restrição orçamentária*

Estudioso ataca plano de Lula contra fome

FÁBIO ZANINI
DA REPORTAGEM LOCAL

O projeto de combate à fome lançado na semana passada pelo virtual candidato do PT a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, "cria incertezas no sistema produtivo", podendo tornar-se contraproducente.

A avaliação é do chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV-RJ (Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro), o economista Marcelo Neri, especialista no estudo do combate à pobreza.

Segundo Neri, Lula "manda sinais negativos" ao propor uma contribuição de 5% sobre a conta de restaurantes não-populares para financiar o combate à fome.

"Você tem de tomar cuidado para o capital não escapar. Capital é como sabonete molhado, se apertar ele escapa das mãos", diz o economista.

Neri defende que eliminar, ou, ao menos, reduzir a fome é tarefa relativamente simples, que não requer esforço de arrecadação, criação de tributos ou oneração do capital produtivo.

Outro ponto que o economista critica é a criação de "tiquetes" alimentares que seriam distribuídos aos indigentes para serem exclusivamente trocados por comida. Neste item, alinha-se ao senador Eduardo Suplicy (SP), provável concorrente de Lula pela indicação petista para a sucessão.

Suplicy, que atacou a proposta de Lula em um debate na última segunda-feira, defende o programa de renda mínima, pelo qual o benefício da complementação de renda aos pobres seria paga em dinheiro.

Neri lançou em julho o "Mapa do Fim da Fome", em que identifica 50 milhões de indigentes no país. Segundo o estudo, a fome poderia ser eliminada com uma transferência anual de renda de R\$ 21 bilhões, o que equivaleria a uma contribuição virtual de R\$ 14 por mês por pessoa não-indigente. Leia sua entrevista à Folha: *

Folha - Que avaliação o sr. faz da proposta de Lula para acabar com a fome, que prevê a concessão de tiquetes para serem trocados por alimentos?

Neri - Acho que um ponto positivo é que o PT está entrando com tudo no debate. Mas a idéia do Suplicy, de renda mínima, é superior ao programa de tiquetes. O economista norte-americano Milton Friedman já dizia isso: por que não dar renda em vez de bens? Tiquete é melhor que cesta básica, porque você pode criar um mercado secundário. Mas renda é melhor do que tiquete. Ainda mais se for a modalidade da Bolsa-Escola [variação em que a complementação de renda é condicionada à frequência escolar das crianças].

Folha - Por quê?

Neri - Porque é preciso começar



O economista Marcelo Neri em frente à Fundação Getúlio Vargas, em Botafogo, no Rio

o combate à fome pelas crianças, que são o segmento mais pobre da sociedade brasileira. Cerca de 46% das pessoas abaixo de 16 anos estão abaixo dos R\$ 80 [linha de pobreza estabelecida pela FGV-RJ]. As crianças ficam relegadas ao segundo plano por uma razão simples, que é cruel nas democracias: criança não vota. A Bolsa-Escola causa uma distorção, mas é no bom sentido, porque força as crianças a acumular capital humano. É um engessamento, mas um bom engessamento.

Folha - O que o sr. acha da proposta do PT de instituir um 'imposto do restaurante'?

Neri - Não gosto. A proposta é original, mas não interessante. É um imposto que teria arrecadação pequena para eliminar a fome, menos de 3,5% do que seria necessário. Mas o sinal negativo que manda é grande. O Brasil já tem carga tributária pesada.

Folha - Mas um imposto no qual os mais ricos paguem para acabar com a fome não é justo?

Neri - Você precisa melhorar a qualidade dos gastos e aumentar a base de arrecadação. Não é preciso criar incerteza no sistema, e o simbolismo dessa taxa é negativo. O mais importante é preservar a prosperidade. É contraproducente restringir a produtividade das empresas, desestimular investimento. Você tem de tomar

FRASES

É preciso começar o combate à fome pelas crianças, que são o segmento mais pobre da sociedade

O mais importante é preservar a prosperidade. É contraproducente restringir a produtividade das empresas, desestimular investimento

Ao PT falta uma noção de restrição orçamentária e de busca de eficiência econômica

O Brasil tem muitos pobres, mas é muito fácil aliviar a pobreza e a indigência, porque o país já tem renda

MARCELO NERI

cuidado para o capital não escapar. Capital é como sabonete molhado, se apertar ele escapa das mãos. Fazer moratória, admitir plebiscito da dívida externa, é uma discussão burra, que desestabiliza o sistema. O sistema capitalista tem várias falhas, mas sua capacidade de geração de riqueza é grande.

Folha - E a proposta de criar um Ministério da Fome?

Neri - O ministério, se for sério, será bom. Mas que seja um ministério do desenvolvimento social, um coordenador de ações na área. Não pode ser pró-forma, mas uma estrutura burocrática. A

melhor não criar. Gostaria que, antes de pensar nisso, o PT adotasse a idéia das metas de redução de pobreza. Metas paulatinas, como metas de redução inflacionária. Falar assim: a situação da pobreza é tanto e vamos reduzir para tanto. O mercado é bom na busca de eficiência, não de equidade. Essas metas são uma tentativa de criar um viés em direção à equidade no mercado, pensando qual a melhor maneira de atingir isso. Nesse sentido, o PT é um pouco tímido, porque lhe falta uma noção de restrição orçamentária e de busca de eficiência econômica.

Graziano diz que economista está mal informado

DA REPORTAGEM LOCAL

Principal coordenador do projeto "Fome Zero", de Lula, o professor da Unicamp José Graziano diz que o economista Marcelo Neri está "mal informado".

"Ele parece que faz parte da turma que não leu e não gostou", diz Graziano.

O professor afirma que o "imposto do restaurante" é na verdade uma contribuição voluntária. "Quem não quiser pagar os 5% pode pedir para o garçom retirar da conta", diz. "A contribuição é um ato que tem também a função de engajar a sociedade em um esforço solidário para distribuir renda e reduzir os índices de miséria", diz Graziano.

O coordenador do projeto do pré-candidato petista refuta a idéia de que o projeto de Lula não faz menção a metas claras de redução de pobreza e fome.

Segundo Graziano, há uma programação para vários anos. No primeiro, o objetivo é atingir 5% do público a ser benefi-

ciado pelo programa, que o economista estima em 44 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Quanto aos tiquetes de alimentação, Graziano diz que não vê problema em que eles acabem sendo vendidos por pessoas que precisam de dinheiro — crítica feita pelo senador Eduardo Suplicy.

"Não me preocupa a existência de um mercado negro. Porque sempre, na ponta, haverá alguém que precisará utilizar o cupom para tomar um litro de leite, ainda que tenha passado por 20 mãos diferentes", diz Graziano.

O professor afirma que o projeto de renda mínima tem alcance limitado. Ele cita o exemplo de Campinas, cidade pioneira na implantação do modelo. Hoje, segundo ele, apenas 2.400 famílias são beneficiadas. "E, quando alguém entra no renda mínima, não sai mais, mesmo que consiga um emprego. A prática mostra isso."

Graziano diz ainda que o projeto de Lula contempla a Bolsa-Escola. E afirma que os cupons de alimentação são "indutores da atividade agrícola", especialmente em cidades de pequeno e médio porte. "Nessas regiões está concentrada metade da pobreza do país", diz.

Folha - A fome será um tema importante da campanha de 2002?

Neri - Será mais importante do que nas eleições anteriores. Em 94, o tema foi a inflação. Em 98, o desemprego, que eu acho que é um problema social secundário em relação à fome e à desigualdade. Está plenamente ao alcance da sociedade brasileira erradicar a fome. Agora, a forma de fazer isso está sujeita a debates.

Folha - O sr. defende que reduzir a fome no Brasil não é tarefa muito complexa. Por que, então, isso nunca foi feito?

Neri - O Brasil tem muitos pobres, mas é muito fácil aliviar a pobreza e a indigência, porque o país já tem renda. Diferente da Índia, por exemplo, onde a única alternativa é crescer, crescer ou crescer. O problema no Brasil não é falta de recurso. O problema é falta de foco e "curto-prazismo", políticas sociais de efeitos poucos persistentes.

Folha - Então não é preciso aumentar a arrecadação?

Neri - Não. Não é preciso onerar mais o capital para acabar com a fome. Nem o trabalho. Há ineficiência na tributação, pois há impostos sobre faturamento em vez de valor adicionado [produção menos despesa], impostos pouco progressivos. Não é preciso aumentar arrecadação, fazer esforço ou algo do tipo, criar CPMF nem nada. A base tributária que existe

hoje no Brasil já é um ponto de partida interessante.

Folha - Quanto é preciso gastar para erradicar a fome?

Neri - São US\$ 1,776 bilhão por mês, quase US\$ 21 bi por ano. Fazendo um cálculo, haveria contribuição de R\$ 14 por pessoa não-indigente. Fazendo a média por todos os brasileiros, cada um contribuiria com R\$ 10. Com este dinheiro, cada indigente receberia R\$ 35, o que erradicaria a fome. É claro que é um modelo perfeito, teórico, mas que dá uma referência para os governos e o cidadão comum.

Folha - Mas de onde vai sair esse dinheiro?

Neri - Já está aí. O Brasil investe hoje 21% do PIB (Produto Interno Bruto), nos três níveis de governo, em gastos sociais, enquanto é preciso 4% da renda das famílias para erradicar a miséria. Ou seja, o Brasil já investe cinco vezes mais em programas sociais.

Folha - Como o sr. avalia a atuação do governo federal na área?

Neri - A direção é boa, no sentido de que Bolsa-Escola é bom. O Projeto Alvorada começa pelos municípios mais pobres, que é uma inversão em relação à prática brasileira tradicional. Agora, eu acho que R\$ 15 por criança é pouco. Deveria ser aumentado de R\$ 15 para R\$ 20 ou R\$ 25. O programa começou tarde, mas antes tarde do que nunca.